

Tratado De Nice PDF

JOSE LUIS CRUZ VILACA

Tratado de Nice

1.^a Edição

J. L. de Cruz Vilaca | Miguel García-Rodríguez

2009

Tratado de Nice
Tratado de Amsterdã
Tratado de Bruxelas
Tratado de Maastricht
Protocolos anexos
Declaração
Declaração de Amsterdã
Declaração de Trabalho de Justiça
Declaração sobre o Futuro da União Europeia
Estatutos institucionais da
União de Bruxelas do Primeiro Tratado
Modificação do Tratado de Trabalho de Justiça
Declaração de Trabalho de Justiça Política
Tratado de Amsterdã do Segundo Tratado de Amsterdã
Acta de Proclamação de 18 de Abril de 2001



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Informações sobre Tratados e Protocolos na União Europeia

- Tratados Fundamentais:

- Tratado de Roma
- Tratado de Maastricht
- Tratado de Amsterdão
- Tratado de Nice

- Protocolos Adicionais:

- Sobre Schengen
- Cooperação Reforçada
- Estatuto do Tribunal de Justiça
- Declaração sobre o Futuro da União Europeia

- Alterações Importantes:

- Tratado de Adesão de Dez Estados Membros
- Modificações ao Estatuto do Tribunal de Justiça, incluindo o Tribunal da Função Pública
- Tratado de Adesão da Bulgária e Roménia
- Acta de Rectificação datada de 30 de Abril de 2008.



Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento Pessoal

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Tratado De Nice Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Tratado De Nice**

O "TRATADO DE NICE" de José Luis Cruz Vilaca é uma leitura altamente recomendada para estudantes e profissionais das áreas de Direito, Ciência Política e Relações Internacionais, pois aborda de maneira aprofundada os processos e implicações da integração europeia, especialmente a partir das mudanças instituídas pelo Tratado de Nice. Além disso, interessados em compreender as dinâmicas políticas e sociais da União Europeia, bem como aqueles que desejam se aprofundar nas questões de governança e cidadania europeia, encontrarão neste livro uma fonte valiosa de conhecimento e reflexão. O texto também é ideal para universitários que buscam ampliar seu entendimento sobre os desafios contemporâneos da política europeia.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Tratado De Nice em formato de tabela

Título	Tratado de Nice
Autor	José Luis Cruz Vilaca
Tema	Análise dos impactos do Tratado de Nice sobre a União Europeia
Publicação	2003
Estrutura	O livro é dividido em várias partes que abordam aspectos jurídicos, políticos e sociais do Tratado.
Conteúdo Principal	<ol style="list-style-type: none">1. Introdução ao Tratado de Nice: Contexto histórico e político.2. Principais alterações introduzidas pelo tratado em relação ao Tratado de Amsterdã.3. Impactos nas instituições europeias: Modificações no funcionamento do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu.4. Questões de poder e voto: Alterações no sistema de votação e representação dos Estados-membros.5. A problemática da ampliação da União Europeia e suas implicações.6. Discussão sobre a legitimidade democrática e a cidadania europeia.
Conclusão	Relevância do Tratado de Nice no processo de integração europeia e sua crítica em relação à efetividade democrática.
Público-alvo	Acadêmicos, estudantes de ciência política, direito e interessados na integração europeia.



Tratado De Nice Lista de capítulos resumidos

1. Capítulo 1: Uma Introdução ao Contexto Histórico do Tratado de Nice
2. Capítulo 2: Objetivos e Principais Mudanças Introduzidas pelo Tratado de Nice
3. Capítulo 3: Análise das Instituições Europeias e Suas Reformas
4. Capítulo 4: O Impacto do Tratado de Nice nas Políticas da União Europeia
5. Capítulo 5: As Controvérsias e Críticas ao Tratado de Nice
6. Capítulo 6: Conclusões sobre o Legado e Futuro da União Europeia

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Capítulo 1: Uma Introdução ao Contexto Histórico do Tratado de Nice

O Tratado de Nice, assinado em 26 de fevereiro de 2001 e em vigor desde 1 de fevereiro de 2003, surgiu em um contexto histórico onde a União Europeia (UE) se encontrava em um ponto de inflexão significativo. A década de 1990 havia sido marcada por mudanças profundas na geopolítica europeia, com o fim da Guerra Fria e a consequente redenção de países da Europa Oriental ao se unirem à comunidade europeia. O alargamento da UE, que se tornaria realidade em 2004 com a integração de dez novos estados membros, exigia transformações estruturais que permitissem a convivência de uma união mais ampla e diversa.

A necessidade de adaptar as instituições e os processos de decisão da UE transformava-se em uma prioridade. O aumento da diversidade cultural, política e econômica dos novos membros trazia novos desafios, ao mesmo tempo em que ressaltava a importância de um funcionamento eficaz e coeso das instituições europeias. Dois aspectos cruciais emergiram nesse cenário: a eficácia e a legitimidade. O Tratado de Nice buscou endereçar essas preocupações, estabelecendo a busca por um equilíbrio entre as necessidades dos estados membros mais antigos e as dos novos países que entrariam na união.

No fim do século XX, a UE já estava consolidada como uma força



econômica e política, mas a integração mais profunda dos países da Europa Central e Oriental clamava por uma reforma das instituições existentes. O Tratado de Amsterdã, assinado em 1997, tinha tentado previamente fazer algumas adequações, mas muitos perceberam que não era suficiente para lidar com a magnitude do alargamento iminente. Portanto, a Conferência Intergovernamental de Nice foi convocada para criar um novo tratado que preparasse a estrutura da União para esse crescimento.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Capítulo 2: Objetivos e Principais Mudanças Introduzidas pelo Tratado de Nice

O Tratado de Nice, assinado em 26 de fevereiro de 2001 e entrando em vigor em 1º de fevereiro de 2003, teve como seu principal objetivo preparar a União Europeia para a ampliação de seus Estados-membros, que estava prevista para acontecer logo em seguida, com a adesão de vários países da Europa Oriental. O aumento significativo do número de países membros exigia uma reestruturação das instituições da União Europeia para garantir que elas pudessem operar de forma eficaz e eficiente, mantendo a coesão e a dinâmica de tomada de decisões necessárias em uma união cada vez mais diversa.

Um dos avanços mais notáveis proporcionados pelo Tratado de Nice foi a reformulação da estrutura institucional da União Europeia. Dentre as principais mudanças, podemos destacar a adoção de novas disposições sobre a votação por maioria qualificada no Conselho da União Europeia. O tratado estabeleceu um novo sistema de votação que ampliou o número de decisões que poderiam ser tomadas por maioria qualificada, reduzindo a necessidade de unanimidade em diversas áreas e facilitando assim o processo decisório.

A inclusão de um sistema de voto que leva em consideração tanto a população dos Estados quanto o número de países representados foi outro aspecto significativo. Isso visou equilibrar os interesses tanto dos países



pequenos quanto dos grandes, consolidando uma democracia interna mais robusta e representativa. Essa mudança foi fundamental para assegurar que as opiniões e necessidades de todos os Estados-membros fossem consideradas, promovendo um maior senso de equidade.

Além disso, o Tratado de Nice também revisou as competências das instituições da União Europeia. O Parlamento Europeu ganhou mais poder legislativo, com um aumento na quantidade de procedimentos que exigiam co-decisão entre o Parlamento e o Conselho, resultando em uma maior influência na formação de leis e políticas. Isso refletiu uma intenção de aproximar as instituições da União dos cidadãos europeus, almejando uma maior legitimidade democrática na condução dos assuntos europeus.

Outro ponto importante foi a criação de um novo cargo, o de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, que buscava fortalecer a capacidade da União em agir de forma unificada na arena internacional, coordenando uma política externa coesa e eficaz. Essa mudança foi um reconhecimento da necessidade de uma política externa mais assertiva e consistente, diante de um cenário global em rápida transformação.

O Tratado de Nice também teve implicações diretas sobre a estrutura da Comissão Europeia, que foi ajustada para que cada Estado-membro pudesse



indicar um comissário, independentemente de seu tamanho ou população, pelo menos até a realização de futuras reformas que pudessem ser implementadas posteriormente.

Finalmente, vale ressaltar que, apesar dos avanços significativos que o Tratado de Nice proporcionou, ele não foi isento de críticas. Muitos observaram que as reformas, embora necessárias, eram insuficientes e que a União Europeia ainda enfrentava desafios substanciais que precisariam ser abordados em tratados futuros. No entanto, o Tratado de Nice desempenhou um papel crucial ao estabelecer as bases para as reformas que viriam a ser discutidas e implementadas nas seguintes décadas, refletindo um contínuo movimento em direção a uma integração europeia mais profunda e efetiva.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Capítulo 3: Análise das Instituições Europeias e Suas Reformas

O Tratado de Nice, assinado em 2001 e em vigor a partir de 2003, não apenas reafirmou o compromisso dos Estados-membros da União Europeia com a integração, mas também trouxe reformas significativas que impactaram a estrutura e o funcionamento das instituições europeias. Neste capítulo, iremos analisar detalhadamente como essas reformas moldaram a governança da União e quais foram as suas implicações para a tomada de decisões e a representatividade dos cidadãos europeus.

Primeiramente, é essencial considerar a composição da Comissão Europeia. O Tratado de Nice estabeleceu que a Comissão seria composta de um representante de cada Estado-membro, com a exceção de que, a partir de 2014, esse modelo começaria a ser alterado para que, em certas circunstâncias, não houvesse representação de todos os países. Essa mudança visava evitar a crescente diluição da influência dos menores países em um bloco que continuava a se expandir. Assim, a reforma buscou garantir uma Comissão mais eficiente e capaz de lidar com o aumento do número de membros, enquanto mantinha um equilíbrio entre a representação e a eficiência.

A segunda instituição que recebeu atenção significativa no Tratado de Nice foi o Parlamento Europeu. O tratado ajustou a distribuição de assentos dos



deputados, com base na população dos Estados-membros, reforçando a ideia de que os cidadãos da UE deveriam ter uma representação proporcional no Parlamento. Isso foi um passo importante para aumentar a legitimidade democrática da União e garantir que cada voz contasse no processo legislativo. Apesar do progresso, as discussões sobre como garantir uma representação equitativa e eficaz continuam a ser um tema relevante nas reformas subsequentes de instituições europeias.

Outro aspecto crucial abordado no Tratado de Nice foi o Conselho Europeu, que passou a ter um papel mais formalizado nas tomadas de decisões políticas da UE. O status do Conselho Europeu foi elevado, reconhecendo a importância de seus encontros para a definição das orientações políticas gerais da União. As suas declarações e decisões passaram a ter um peso significativo, destacando a necessidade de convergência entre os Estados-membros em temas estratégicos. Essa mudança também foi uma tentativa de proporcionar maior coesão em um cenário político europeu cada vez mais complexo.

Além disso, o Tratado de Nice introduziu modificações nas práticas de votação no Conselho da União Europeia. A mudança do princípio da votação unânime para a votação por maioria qualificada em determinados assuntos visava agilizar o processo decisório, permitindo que a União fosse mais dinâmica e adaptável às necessidades emergentes dos Estados-membros.



Essa reforma foi um reflexo da necessidade de eficiência em um contexto de expansão da União, onde decisões unânimes poderiam se tornar um obstáculo à ação conjunta.

Por fim, as reformas previstas no Tratado de Nice também buscaram melhorar a transparência e a responsabilização nas instituições europeias. O aumento da participação pública e a promoção de um diálogo mais amplo com a sociedade civil foram vistos como passos fundamentais para garantir a confiança dos cidadãos da UE nas instituições que os governam. Ao fortalecer a comunicação entre as instituições europeias e os cidadãos, o Tratado de Nice tentou estabelecer uma base mais sólida para a legitimidade democrática da União.

Em suma, as reformas introduzidas pelo Tratado de Nice foram essenciais para preparar as instituições europeias para os desafios de um bloco cada vez mais complexos e diversificado. Embora tenham sido um avanço em vários aspectos, as reformas também trouxeram à tona questões sobre a eficácia e a representatividade das instituições que, sem dúvida, continuariam a ser discutidas nas próximas etapas de evolução da União Europeia.



4. Capítulo 4: O Impacto do Tratado de Nice nas Políticas da União Europeia

O Tratado de Nice, que entrou em vigor em 1º de fevereiro de 2003, teve um impacto significativo nas políticas da União Europeia, refletindo a necessidade de adaptar as estruturas e a governança da UE ao crescimento do número de Estados-membros e à complexidade das suas relações internas e externas. Este capítulo examina as diversas formas como o Tratado modificou não apenas os processos institucionais, mas também as diretrizes e estratégias políticas da União.

Um dos grandes avanços proporcionados pelo Tratado de Nice foi a introdução de mecanismos que aumentaram a capacidade de decisão da União Europeia. Com a ampliação do número de países membros, a necessidade de decisões mais ágeis e consensuais se tornou crucial. O Tratado revisou o sistema de votação no Conselho da União Europeia, substituindo a regra da unanimidade por um sistema de maioria qualificada em várias áreas, facilitando a implementação de políticas e tornando a UE mais eficiente em sua resposta a desafios. Essa mudança encorajou uma cultura de compromisso e colaboração entre os Estados-membros, promovendo uma abordagem mais integrada nas tomadas de decisão.

Além disso, o Tratado de Nice também ampliou as competências da União em áreas como a Política Externa e de Segurança Comum (PESC),



permitindo um maior envolvimento da UE em assuntos globais. Com isso, a União foi capaz de desenvolver uma presença mais consolidada no cenário internacional, promovendo os interesses europeus de forma mais eficaz. O fortalecimento da PESC, que incluía a criação de novas agências e estruturas de coordenação, refletiu um comprometimento com uma política externa coesa, algo necessário para enfrentar crises internacionais e garantir a estabilidade na vizinhança europeia.

As mudanças introduzidas pelo Tratado também tiveram um impacto direto nas políticas internas da União, visando aumentar a coesão social e econômica entre os Estados-membros. O Tratado de Nice reforçou a importância da solidariedade e o desenvolvimento regional, através da criação de programas que buscavam diminuir as disparidades entre as regiões europeias. Isso foi especialmente importante para os novos Estados-membros da Europa Central e Oriental que, após sua adesão, enfrentaram desafios significativos em termos de desenvolvimento econômico e coesão social.

Outro aspecto relevante desse impacto foi o fortalecimento do papel do Parlamento Europeu, que, embora já fosse uma instituição importante antes do Tratado, viu suas competências expandidas em várias áreas legislativas. O Tratado de Nice adotou uma abordagem mais interinstitucional, promovendo um diálogo mais robusto entre as instituições europeias. Isso



não apenas aumentou a legitimidade democrática da UE, mas também consolidou a posição do Parlamento Europeu como um ator chave nas discussões políticas e legislativas.

Em suma, o Tratado de Nice representou uma resposta crítica às demandas crescentes por uma mudança na estrutura de governança da União Europeia, adaptando-a para atender a um continente em constante evolução. As suas implicações nas políticas da União Europeia foram vastas, promovendo eficiência, engajamento internacional, coesão entre os Estados-membros e uma solidificação do papel das instituições democráticas da UE. Esta nova configuração preparou o caminho para futuras reformas e aumentou a relevância e a influência da União Europeia no cenário global.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Capítulo 5: As Controvérsias e Críticas ao Tratado de Nice

O Tratado de Nice, assinado em 2001 e em vigor desde 2003, tem sido um polêmico marco na evolução da União Europeia (UE), suscitando uma série de críticas e controvérsias que merecem ser abordadas de maneira detalhada. Esses questionamentos emergem da análise das suas disposições e das implicações que este tratado trouxe para a governança da UE, bem como do impacto nas relações entre os Estados-membros.

Uma das críticas mais recorrentes refere-se à percepção de que o Tratado de Nice não conseguiu resolver adequadamente as deficiências estruturais da União Europeia, especialmente no que diz respeito à tomada de decisões. Apesar de os principais objetivos do tratado incluírem a reforma institucional necessária para acomodar a ampliação da UE, que se aproximava à adesão de países da Europa Central e Oriental, muitos críticos argumentam que as reformas foram insuficientes. A manutenção da regra da unanimidade para questões de grande importância e o complexo sistema de votação em maioria qualificada não só tornaram o processo decisório mais difícil, mas também prolongaram as negociações, levando a uma sensação de ineficiência nas operações da UE.

Outro ponto de tensão relacionado ao Tratado de Nice diz respeito à sua concepção e ao processo que levou à sua assinatura. Alguns analistas



consideraram que o tratado foi o resultado de um compromisso apressado entre os Estados-membros, que buscavam evitar um impasse prolongado em um cenário de ampliação da UE. Essa "corrida" para firmar um novo tratado gerou reclamações sobre a falta de um debate mais amplo e democrático, com muitos considerando que as vozes de cidadãos e de pequenos Estados-membros foram desproporcionalmente silenciadas nas negociações. Essa crítica é particularmente relevante em um momento em que a legitimidade democrática e a transparência se tornaram temas centrais nas discussões sobre a governança da UE.

Ademais, o impacto do Tratado de Nice também foi amplamente debatido no contexto das questões sociais e econômicas enfrentadas pelos novos Estados-membros. Alguns críticos alegam que o tratado não apenas falhou em oferecer um quadro para um desenvolvimento harmonioso entre os países mais ricos da UE e aqueles que ingressavam pela primeira vez, mas também perpetuou desequilíbrios e desigualdades dentro da União. A dificuldade de alcançar um nível de convergência entre as economias dos antigos e novos membros gerou tensões que ainda perduram, manifestando-se em políticas de coesão que nem sempre têm sido suficientes para mitigar os efeitos negativos da disparidade econômica.

Por fim, o Tratado de Nice provocou reações em relação à questão da „identidade europeia“. A faltante clareza em torno da definição de uma



identidade comum e o papel que os cidadãos desempenham na construção dessa identidade são temas que foram acentuados pela insatisfação com as decisões oriundas do Tratado de Nice. O que muitos percebem como um afastamento entre as instituições da UE e os cidadãos, levantou preocupações a respeito do futuro da integração europeia e sua capacidade de manter um projeto político e social que atraia a adesão da população.

Em resumo, o Tratado de Nice, em sua intenção de modernizar as instituições da União Europeia e preparar o campo para a ampliação, não conseguiu evitar uma série de críticas que relacionadas à sua eficácia, legitimidade, coesão entre estados e identidade comunitária. Essas controvérsias refletem não apenas a complexidade inerente ao projeto europeu, mas também a necessidade de um reexame contínuo das estruturas e procedimentos que regem as relações entre os Estados-membros, numa busca por um equilíbrio que respeite a diversidade e ao mesmo tempo promova a unidade e a eficácia dentro da União.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Capítulo 6: Conclusões sobre o Legado e Futuro da União Europeia

O Tratado de Nice, assinado em 2001, representa um marco significativo na evolução da União Europeia, não apenas por suas reformas institucionais e políticas, mas também pelo impacto que essas mudanças tiveram ao longo das décadas seguintes. À medida que analisamos as conclusões sobre o legado do Tratado de Nice, é essencial considerar tanto os avanços que possibilitou quanto as limitações que ainda persistem no crescimento e na integração europeia.

Uma das principais contribuições do Tratado de Nice foi a reforma das instituições europeias, proporcionando uma direção para o funcionamento da UE em um contexto mais amplo de ampliação. O ajuste na proporcionalidade da representação no Conselho e a ampliação das competências do Parlamento Europeu ilustram uma tentativa de equilibrar a tomada de decisões em uma União crescente. No entanto, essas medidas também revelaram fragilidades, evidenciadas por desafios enfrentados em processos subsequentes de decisão e na necessidade de mais transparência e responsabilidade diante de um corpo político diversificado.

Além disso, o Tratado de Nice não conseguiu resolver algumas das questões mais prementes que a União Europeia enfrenta, como a crise da legitimidade democrática e a questão da coesão entre os Estados-membros. O vazio



deixado pela falta de um consenso claro sobre o futuro da integração europeia levou a um ambiente de crescente descontentamento e ceticismo entre os cidadãos da UE, desestabilizando o tecido social em várias nações. O fato de que o tratado se afastou da ambição de uma constituição europeia, que mais tarde seria discutida no Tratado de Lisboa, mostra a dificuldade da UE em evoluir sob tensões internas e externas.

O legado do Tratado de Nice é, portanto, dual: representa tanto um passo em direção à transformação institucional necessária devido à expansão da união, quanto um ponto de partida para futuras reformas que ainda estão por vir. O reconhecimento das deficiências desse tratado e as discussões em torno do Tratado de Lisboa refletem um aprendizado fundamental para os líderes europeus e para a própria estrutura da União. Enquanto a UE se depara com novos desafios globais, como as mudanças climáticas, a migração e a crescente polarização política, a capacidade de adaptação e a solidariedade entre os países membros se tornaram mais relevantes do que nunca.

O futuro da União Europeia, portanto, depende da capacidade de superar as barreiras criadas pela fragmentação política e do fortalecimento do diálogo democrático que envolve toda a população. O Tratado de Nice pode não ter sido a solução definitiva para todos os problemas da União Europeia, mas ele suscita reflexões essenciais sobre como a colaboração e a integração podem se sustentar e se desenvolver neste novo cenário global. O legado



deste tratado deve ser visto como uma oportunidade para aprender e inovar, garantindo que a União Europeia continue a ser um projeto de paz e prosperidade no século XXI. Em última análise, a verdadeira descentralização e a promoção do engajamento cidadã serão cruciais para moldar um futuro resiliente e coeso para a Europa.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Tratado De Nice

1. A vida é uma jornada em busca de compreensão, onde cada experiência nos ensina algo valioso e nos molda como indivíduos.
2. As relações humanas são complexas e têm o poder de transformar nossos destinos, sendo essenciais para nosso crescimento emocional e espiritual.
3. A busca pela verdade é um caminho sem fim, e cada passo nesse percurso é mais importante do que o destino final, levando-nos a uma reflexão profunda sobre nossas crenças.
4. A fragilidade da vida nos lembra da importância de valorizar cada momento e de estar presente para aqueles que amamos, pois o tempo é um recurso precioso.
5. A verdadeira sabedoria reside em compreender que a adversidade pode ser uma fonte de aprendizado e fortalecimento, testando nossa resiliência e caráter.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Leia ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar